

# Estado, nação, transnacionalização: algumas reflexões em torno do *Manifesto do Partido Comunista*

Lúcio Flávio de Almeida\*

*Resumo:*

O objetivo deste artigo é destacar algumas teses do *Manifesto Comunista* que permanecem referências fundamentais para a reflexão e a ação política na atual fase de transnacionalização do capitalismo.

A partir de algumas teses do *Manifesto do Partido Comunista*, tentarei destacar algumas questões que possam servir de referência para a reflexão e o debate sobre poder político e crise neste final de século. A primeira delas refere-se ao próprio sentido de “globalização”.

Se, ao longo dos últimos anos, a maioria das referências à “globalização” apontava-a, equivocadamente, como uma negação das teses de Marx, atualmente, ocorre o contrário: identificação apressada entre globalização e expansão do capitalismo. Alguns afirmam que basta substituir, no *Manifesto*, “burguesia” por “globalização” e teremos o mundo atual descrito por Marx. A formulação é sedutora. Afinal, já em 1847, um jovem intelectual engajado de 29 anos escreveu que, “em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações”.

Segundo ele, não se tratava de um processo apenas econômico. Ao contrário, envolvia tanto a “produção material como (a) produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal”. Finalmente, tal processo era visto como estreitamente relacionado com a expansão do capitalismo. “Sob pena de morte” — prosseguia o autor — a burguesia “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo

\* Departamento de Política da PUC-SP; membro do Neils – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais.

à sua imagem e semelhança.” (Marx e Engels, 1968: 26-7). Quando este texto foi escrito, apenas a Inglaterra (em certa medida, a França) poderia ser considerada uma formação social capitalista, o máximo em matéria de transportes era a “maria-fumaça” e o telégrafo (com fio) beirava os três anos de idade.

Para além dos elementos de verdade contidos na identificação entre “burguesia” e “globalização”, parece-me importante assinalar que globalização é um processo que se inicia anteriormente à constituição das primeiras formações sociais capitalistas. Talvez seja necessário evitar a identificação muito direta das “diferentes fases de desenvolvimento da burguesia” com diferentes fase de desenvolvimento do capitalismo. Tal identificação pode nos levar a ignorar as diferenças entre os papéis históricos do capital comercial e do capital industrial. Fundamentalmente, a diferença entre subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, não apenas nos países de capitalismo originário, mas principalmente nas regiões “periféricas” onde a globalização introduziu (ou reforçou) relações pré-capitalistas.

Uma outra história é quando a globalização passa a ser impulsionada fundamentalmente pelas necessidades de reprodução ampliada do modo de produção capitalista já solidamente ancorado em diversas formações sociais europeias (e nos EUA). Aqui já se trata de um processo de transnacionalização desigual do capitalismo, processo que tem atravessado diferentes fases, com características comuns e também diferenças importantes.

Esta distinção relativa entre globalização pré-capitalista e tendência à transnacionalização do capitalismo não se deve a um simples capricho terminológico. Ela nos parece essencial para a análise das lutas anticapitalistas hoje. Mas, para isso, é preciso, em primeiro lugar, recuperar a dimensão propriamente política de algumas teses do *Manifesto*.

#### **Transnacionalização do capitalismo e crise dos Estados nacionais**

Neste sentido, o exame das relações entre transnacionalização do capitalismo e Estados nacionais deve ser feito com muito cuidado, até porque, como o neoliberalismo faz a apologia da globalização, ocorre uma forte tendência a atribuir aos Estados nacionais o papel de “vítimas” deste processo, só variando as avaliações quanto ao que se pode esperar deles. A este respeito, duas posições têm se destacado. Uma enfatiza a necessidade de “revigorar” e bem conduzir o Estado nacional, de modo a que ele possa ou se confrontar com o grande capital internacional ou, pelo menos, chegar a relações mais favoráveis com este e, assim, conseguir uma boa “inserção” na nova ordem. Outra atribui, neste novo contexto, pouca importância ao Estado-nação, tendendo a enfatizar a importância do poder local. Para ambas as posições, o Estado é questionado pela globalização. Ambas, quando desconsideram o caráter de classe dos atuais Estados nacionais, podem perder de vista o importante papel que eles desempenham nesta fase da

transnacionalização do capitalismo. Aqui também, as formulações do *Manifesto do Partido Comunista*, ao enfatizarem o caráter de classe do Estado se revelaram fecundas. Não há nenhum indício de que o processo de globalização tenha produzido tamanha redefinição das estruturas estatais, de modo a transformá-las, finalmente, em instâncias administrativas voltadas para a realização do bem comum. Ao contrário, passado “o compromisso social-democrata” (que, aliás, se restringiu a um punhado de pequenos países que ocupavam fortes posições na cadeia imperialista), praticamente todos os Estados encontram imensa dificuldade para ocultar seu papel de gerenciadores dos interesses comuns do conjunto da classe burguesa. E verdade que, no *Manifesto*, pouco se desenvolve sobre os nexos estruturais entre o Estado capitalista e a dominação burguesa. Mas esta tese não somente não é incompatível com o que o *Manifesto* apresenta, como chegou a ser formulada, de modo lapidar, por Marx e Engels, no prefácio à edição alemã de 1872, como também foi desenvolvida em outros textos. Não há dúvida de que muito resta a fazer, mas, a respeito dos nexos entre o Estado que surge da destruição dos *Anciens Régimes* e a dominação capitalista de classe, as formulações contidas no *Manifesto* são uma referência fundamental para se pensar a política neste final de século.<sup>1</sup>

A rigor, o Estado nacional, este centro de organização do poder político burguês, sempre esteve “em questão”. Na medida em que organiza a dominação capitalista de classe, ele se depara com múltiplas formas de resistência. Aspecto muito pouco abordado no debate atual, a própria estrutura deste Estado, com apreciável margem de autonomia em relação àqueles que eventualmente exercem o governo, contribui para que o Estado realize sua função essencialmente *política* de organizar a dominação de classe. Mais ainda: em se tratando de um Estado burguês, também lhe cabe a tarefa de unificar os interesses contraditórios das diferentes frações da classe dominante, o que implica um difícil processo de “filtragem” de uma política estatal que, mesmo quando privilegia um subconjunto do bloco burguês, também deve levar em consideração as demandas originadas dos outros componentes deste bloco. Em outros termos, tanto no que se refere às relações entre classe dominante e classes dominadas como aos conflitos intra-burgueses, sempre se questiona ou o poder de Estado (poder de classe) ou a política implementada pelo Estado, objeto de permanente debate entre as frações burguesas, as quais procuram, e não poucas vezes conseguem, apresentar suas “demandas” como expressivas dos interesses do conjunto da sociedade. São estes questionamentos de caráter mais geral que contribuem para que o Estado seja sempre tematizado pelo debate político dentro e fora dos círculos acadêmicos.

Há momentos em que as lutas de resistência dos dominados se transformam em movimentos ofensivos com vistas à tomada do poder de Estado e, neste sentido, se chocam frontalmente com as instituições políticas que asseguram a reprodução política das antigas relações de dominação. Em geral, tais processos contribuem para evidenciar o caráter de classe do Estado.<sup>2</sup> Não por acaso, Marx e Engels insistem em que a constituição do

1. Até porque a análise de muitos desses nexos já havia sido esboçada em textos produzidos a partir de uma problemática anterior, como foi o caso de *A Questão Judaica*.

2. Ver, a este respeito, Poulantzas (1968) e Offe (1984: 140-177). O texto de Offe é importante não apenas devido às formulações elaboradas pelo próprio autor, mas também porque apresenta um rico painel das abordagens sobre poder político na sociedade capitalista.

proletariado em classe é um processo político: é a constituição de um coletivo antagônico à classe burguesa e ao seu Estado, o que, evidentemente, depende de uma relação de forças na qual burguesia e seu Estado fazem de tudo para impedir aquela constituição.

Como se sabe (e como!), também existem momentos em que essas lutas refluem e, portanto, o aspecto *reprodução* das relações sociais ocupa quase todo o campo de visibilidade. Recalcado o questionamento pelos dominados ou, em outros termos, desorganizada a sua luta, fica mais fácil para o Estado, especialmente, em sua esfera regional ou local, *aparecer* como uma instância voltada fundamentalmente para expressar a soberania de uma comunidade singular constituída por indivíduos-cidadãos livres e iguais. Em suma, uma expressão do “interesse geral” da sociedade.

Qual a forma específica do questionamento do Estado neste momento da atual fase de transnacionalização do capitalismo? Em outros termos, como se questiona o Estado-nação, hoje?

É claro que, ao contrário do que fazem os atuais apologistas da globalização, o *Manifesto* não foi escrito para defender a tese de que “a economia de mercado” venceu e que, portanto, nada restava às “nações” além de procurar uma boa “inserção” no sistema capitalista mundial. Até porque, já naquela época, o mesmo autor, embora ainda engatinhasse em suas pesquisas sobre o mundo do capital, estava atento às tendências internas que impeliam o sistema à crise e provocavam, como hoje, uma imensa destruição de vidas humanas e de riqueza social. Segundo o Marx de 1847, as relações capitalistas de produção transformaram-se de estímulo em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas “e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. (...) De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.” (Marx e Engels, 1968: 29). As observações agudas do autor não evitaram que sua teoria tenha sido, desde o final do século passado, declarada “morta” com incrível regularidade. Para nos determos somente nesta segunda metade do século XX, “morreu” porque, durante os “anos gloriosos” do pós-guerra, não houve grandes manifestações de crise do capitalismo; e, agora, volta a “morrer” porque, neste momento de crise do mesmo capitalismo,<sup>3</sup> a “globalização” se intensifica. Paradoxalmente, em ambos os casos, suas formulações se revelaram fecundas.

Hoje, no bojo desta nova fase do processo de transnacionalização, é inegável que ocorrem mudanças dramáticas nas mais diversas esferas da vida humana, as quais incidem fortemente sobre as relações entre as classes sociais. Todavia, mais uma vez, não existe nenhuma razão de ordem teórica que justifique a abdicação de projetos voltados para a transformação do mundo. Mesmo ideólogos do neoliberalismo, após a breve euforia

3. Crise cuja ocorrência, apesar de prevista por diversos autores marxistas, escapou à percepção de muitos dos luminares dos economistas mais vinculados ao *establishment* acadêmico. Um interessante relato deste “descuido” pode ser encontrado em Mandel (1990: 9-10).

universalizante que se seguiu ao colapso do chamado “socialismo soviético”, já admitem que, nesta “nova ordem mundial” que tanto edulcoraram, não haverá lugar para todos.

Neste momento de aceleradas inovações tecnológicas no interior de um capitalismo em crise, o movimento operário se encontra em situação nitidamente defensiva. Mais ainda, como diversos autores já observaram, este movimento está, em larga medida, compartimentado em escala nacional. A contrapartida é que o internacionalismo de nossos dias é de caráter predominantemente burguês.

Por outro lado — e contraditoriamente — tende a crescer a convicção de que, sob a dominação do capitalismo, nenhum dos grandes “problemas sociais” desta virada de século (desemprego, coexistência de grande riqueza e crescentes bolsões de miséria em praticamente todos os países do mundo, etc.) pode ser resolvido. Também contraditoriamente, tal situação abre amplas possibilidades de questionamento do neoliberalismo, embora políticas de caráter neoliberal sejam aplicadas, em maior ou menor escala, por governos de “esquerda”. É bastante provável que o ideário neoliberal se mantenha na ofensiva menos pela coerência de seus argumentos do que devido à ausência de alternativas concretas por parte de seus opositores. Um importante indício desta ausência é a predominância, nos debates político-ideológicos, da tradicional querela “Estado *versus* mercado”, que, no essencial, se limita a repor, com alto grau de mistificação ideológica, um falso antagonismo entre dois elementos fundamentais para a dominação capitalista. Um provável indício da presença será a eclosão de lutas populares que construam alternativas não liberais ao estatismo. Como — já se disse — a história é muito mais criativa do que todos nós e várias frentes de luta, com forte potencial anticapitalista, têm surgido na América Latina, na Europa e na Ásia.

A combinação de ceticismo frente ao principal discurso esgrimido, no momento, pelos dominantes com a dificuldade para vislumbrar perspectivas de uma transformação radical das relações sociais termina contribuindo para um complexo e paradoxal questionamento do Estado. No que se refere ao âmbito “externo”, as posições frente ao atual processo de transnacionalização (desigual) dos processos produtivos ainda não adquirem o caráter de uma luta contra o capitalismo, mas sim de combate a uma fantasmagórica globalização, a qual perversamente enfraqueceria — como já foi mencionado — os Estados nacionais. Corre-se, assim, o sério risco de assumir uma posição simplesmente reativa diante de um processo cujas determinações essenciais têm sido detectadas pelo melhor da análise marxista desde o século passado.

É inegável que o referido processo de transnacionalização afeta, de modo diferenciado, os Estados nacionais, não apenas no que se refere à capacidade de implementar políticas específicas (o que, aliás, como *tendência*, foi brilhantemente analisado no *Manifesto*) mas também a determinadas capacidades “estruturais” relativas à reprodução das condições políticas da dominação de classe. Daí a necessidade teórica e política da

distinção entre crise do Estado nacional (e, com ela, crise da ideologia nacional) e desaparecimento de nacionalismos. No bojo da atual transnacionalização do capitalismo, tem ocorrido justamente o reforço de nacionalismos.

Aqui também, em grande parte devido à combinação mencionada acima, o questionamento do Estado se expressa, muitas vezes de forma paradoxal, por meio da luta pela ampliação (ou mesmo pelo “resgate”) da cidadania. Examinemos esta questão um pouco mais de perto.

Recuperada da antigüidade clássica, a noção de cidadania surge na alvorada do capitalismo em estreita relação com práticas político-ideológicas cuja reiteração adquire importância crucial para a dominação burguesa. Articulada a estas práticas, aquela noção nivela a todos “nós” na qualidade de sujeitos jurídicos. É ela que faz com que o operário menos qualificado e o alto funcionário do capital sejam ambos constituídos como fundamentalmente iguais. Ela se articula, portanto, nos limites de um território nacional (outra produção social que remonta a um passado recente), a processos que historicamente têm se manifestado como inclusivos. Mesmo no que se refere à luta que se desembocou na cidadania social, ela significou, segundo Santos (1995: 245), “a integração política das classes trabalhadoras no Estado capitalista e, portanto, o aprofundamento da regulação em detrimento da emancipação”. Por este motivo esta luta culminou, segundo o autor, “em maior legitimação do Estado capitalista”. Em outros termos, ao longo dos últimos 150 anos, a tese de que os “operários não têm pátria” tem encontrado sérios obstáculos político-ideológicos na constituição dos trabalhadores diretos não em classe distinta e antagônica, ou seja, não em proletários, mas em “cidadãos”.

Mas, neste campo, o atual processo de transnacionalização tem apresentado problemas.

Vários autores têm observado que, frente à globalização, os Estados nacionais se tornaram, por um lado, muito abrangentes e, por outro, muito pequenos. Obviamente, este jogo de escalas pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas. Nos termos das formulações apresentadas aqui, é impossível considerar o primeiro aspecto sem levar em conta que os processos de trabalho recém-implementados estão, neste contexto de capitalismo em crise, contribuindo para excluir trabalhadores. Tal exclusão não se deve a nenhum determinismo tecnológico, mas a uma correlação de forças amplamente favorável ao capital. A ofensiva neoliberal não se restringe à luta pela redução do número de trabalhadores. Também visa submetê-los a novas formas de despotismo fabril que ultrapassam, em larga medida, os limites físicos das unidades de produção. Além disso, tendem a despojar grande parte dos proletários do estatuto jurídico de trabalhadores, obrigando-os a, sob a figura de “empreendedores”, arcar com a totalidade dos custos diretos da reprodução de sua força de trabalho.

Os Estados nacionais vivem, portanto, uma relação tensa e contraditória com a atual transnacionalização (parcial) dos processos produtivos. Como

já foi afirmado, frente a este processo, não apenas se debilita a capacidade dos Estados para implementarem políticas próprias — o que tem a ver, principalmente, com a dimensão “externa” da soberania<sup>4</sup> — como também existe um imenso problema “interno”: o da “subcidadania”.

O atual processo de transnacionalização do capitalismo tem contribuído para evidenciar — mais uma vez — que a função perspicua do capital — seja em formações sociais marcadas pela ética protestante, católica contra-reformista, confucioniana ou xintoísta — é acumular capital. E, do ponto de vista do capitalismo, está sobrando gente, não só no Brasil, mas em escala planetária. Daí um processo de “exclusão” que, longe de ser unidimensional, é extremamente complexo e contraditório, e cuja configuração concreta em cada formação social depende — mais uma vez — das lutas de classes, em particular dos impactos que elas produzem sobre distintas esferas das relações sociais. Dependendo da correlação de forças interna e externa a cada formação social, pode-se desativar setores inteiros da economia. E também dependendo da correlação de forças (não necessariamente a mesma do caso anterior) fica, no entanto, em aberto em que medida será “desativado” o estatuto de cidadania dos homens e mulheres que trabalhavam nestes setores. A recíproca é verdadeira. O simples fato de estar diretamente “incluído” no processo de produção não assegura, por si só, os plenos direitos de cidadania. Basta citar, de passagem, a exploração, direta ou indireta, inclusive por empresas transnacionais, do trabalho infantil; as extensas jornadas de trabalho com ínfima remuneração; ou mesmo a verdadeira situação de dependência pessoal e coletiva de grande parte dos trabalhadores a moderníssimas empresas. A questão — e eis, de um modo ou de outro, o Estado em questão — é que políticas sociais reivindicar — e como<sup>5</sup> — em um período marcado pela ausência de alternativas concretas ao capitalismo em crise. Se prevalecessem apenas os interesses que se expressam no ideário neoliberal, o desemprego e a “informalização” seriam maiores ainda e os novos “descamisados” seriam despidos dos direitos de cidadania, tornando-se, no melhor dos casos, eventuais objetos da caridade pública ou privada. Quanto ao pior, o inferno é o limite, como exemplificam, no Brasil, a chacina de presidiários no Carandiru (São Paulo), a execução de crianças pobres na igreja da Candelária (Rio de Janeiro) e a prostituição infantil, um dos principais nichos do “setor informal” nos grandes centros urbanos.

No entanto, para desgosto de muitos, as lutas de classes teimam em existir, mesmo quando o movimento operário se encontra em posições meramente defensivas. Assegurar as condições políticas (e ideológicas) da dominação de classe, entre elas algum tipo de “inclusão” dos “excluídos” já é uma missão extremamente complicada para o Estado francês, um dos pontos fortes de reprodução do capitalismo transnacionalizado. O que não dizer do Estado brasileiro, mexicano ou argentino? E na África? Como constituir como cidadãos todos os trombadinhas e trombadões que o capitalismo está produzindo em escala planetária?

4. Estas formulações não implicam considerar — absolutamente — que todos os Estados nacionais vivam com a mesma intensidade estes problemas. Em outros termos, a problemática da globalização não deve — embora, muitas vezes o faça — contribuir para bloquear, sob o manto ideológico da “interdependência”, a questão do imperialismo ou da dependência, tal como se repõe concretamente nesta nova virada de século.

5. O *como* reivindicar é fundamental porque formas de reivindicação são indissociáveis de seus conteúdos. Lutas por moradia, políticas de saúde ou livre negociação entre trabalhadores e capitalistas tanto podem contribuir para aumentar o grau de organização das classes populares, como, ao contrário, segmentá-las

e, com isto,  
favorecer o  
prevalimento  
estratégico das  
relações de  
dominação.

O problema é sério tanto para o Estado burguês como para os seus opositores. Pois até que ponto lutar simplesmente pela ampliação ou mesmo pela simples "restauração" da cidadania não significa assumir algum tipo de utopia regressiva? Mais do que nunca, nos últimos 150 anos, a formulação "os proletários não têm pátria" volta a ser uma referência fundamental para as lutas anticapitalistas. E, aqui, parece ficar claro o que, no *Manifesto*, tende a aparecer como possuindo uma relação mais fácil. Existe imensas contradições e defasagens entre o internacionalismo burguês e o internacionalismo proletário. A grande questão, nas formações sociais dependentes, é combater o imperialismo sem cair em algum nacionalismo de tipo burguês ou pequeno burguês que, no melhor dos casos, resulta em carnificinas e utopias regressivas. Por outro lado, não há como ignorar que a atual fase de transnacionalização se contrapõe a formas profundas de sociabilidade, além de impedir a formação de um internacionalismo socialista. Se estas considerações contribuírem para apontar, a partir de uma perspectiva que supere a querela estatismo *versus* liberalismo, a importância do exame da questão do Estado no atual contexto de transnacionalização, este texto já terá cumprido sua finalidade. Como já foi dito, em outro momento de intensa transnacionalização do capitalismo, o importante é não pintar o nacionalismo de vermelho. Resta incorporar uma outra lição prática deste fim de século, pela qual as forças anticapitalistas pagaram um preço muito alto: não recuar a qualquer tipo de pré-marxismo que apresente o Estado como expressão do bem comum.

#### BIBLIOGRAFIA

MANDEL, Ernest (1990). *A crise do Capital*. São Paulo/Campinas, Ensaio/Unicamp.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1968). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Escriba.

POULANTZAS, Nicos. (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.

OFFE, Claus (1984). "Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas". In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

SANTOS, Boaventura de S. (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.